

TCE-GO - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

05/08/2026

Sumário

1. Governo de Goiás busca PPP para o novo centro administrativo | O Popular

O POPULAR ONLINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
04/08/2026 03:00

Governo de Goiás busca PPP para o novo centro administrativo | O Popular

Visualizar notícia

Fonte original

Governo de Goiás busca PPP para o novo centro administrativo
Contratação de consultoria será realizada para viabilizar modelo de parceria com a iniciativa privada; novo complexo terá três novas torres e deve abrigar 12 mil servidores

Gabriel Neves

4 de agosto de 2026 às 22:46
Modificado em 04/08/2026, 23:07

Prédio no Centro de Goiânia já adquirido pela gestão: três novas torres ao lado, na área do estacionamento do Jóquei (Fábio Lima / O Popular)

ouvir matéria

O governo de Goiás deve estruturar o novo centro administrativo do Estado , no Setor Central, em Goiânia, por meio de uma parceria público-privada (PPP). O projeto prevê a construção de três novas torres na área do estacionamento do Jóquei Clube de Goiás, localizado na Avenida Anhanguera, ao lado do antigo prédio da Caixa Econômica Federal - adquirido pela gestão estadual este ano.

A Companhia de Investimentos e Parcerias de Goiás (Goiás Parcerias) é responsável pela viabilização da PPP. Na atual fase, a estatal aguarda finalizar a contratação de uma consultoria para conduzir o estudo de modelagem e, segundo o seu presidente, Alan Farias Tavares, ainda não há definição se caberá ao parceiro privado apenas a construção do novo complexo ou também assumir a sua manutenção, nem qual será o prazo de amortização do investimento, que pode variar entre 5 e 35 anos.

O presidente da Goiás Parcerias afirma que o governo optou pela PPP em virtude de estudos preliminares internos apontarem que o modelo é "economicamente mais adequado". "É o modelo que tem sido utilizado para projetos similares em outras unidades da federação. Temos preferência por ele. Mas o estudo técnico da consultoria é que dirá se economicamente é, de fato, o melhor modelo", diz Tavares.

Caso confirmado, o rito seguirá as seguintes etapas: contratação da consultoria, controle do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) e, por fim, licitação para a escolha do parceiro privado. O governo ainda avalia se o projeto vai incluir uma passarela ligando as novas torres ao antigo prédio da Caixa, já que essa definição poderia resultar em outros impactos financeiros que não foram discutidos, segundo a Goiás Parcerias.

Apesar de o governador Daniel Vilela (MDB) já ter dito que também pretende integrar o Centro de Convenções de Goiânia ao novo complexo administrativo do Estado, sua eventual interligação ainda é alvo de estudos pela gestão, uma vez que, segundo a Goiás Parcerias, a possibilidade de o custo ficar mais elevado poderia inviabilizar a compensação da obra.

A estatal diz que não há previsão de início das intervenções neste ano, diante da maior lentidão do processo de licitação de PPP. Mas a expectativa da Goiás Parcerias é que a mobilização do canteiro comece no final de 2027.

Estrutura

As três torres que serão edificadas devem somar aproximadamente 75 mil m² de área construída - cálculo que não inclui o prédio da Caixa, cujo serviços de limpeza, manutenção, brigada de acesso, controle de incêndio e monitoramento já estão sendo licitados pela Secretaria Estadual de

Administração (Sead) separadamente ao custo de R$ 40,39 milhões para o período de 36 meses.

O complexo deve abrigar aproximadamente 12 mil servidores do Estado. Questionado sobre o impacto em relação ao Palácio Pedro Ludovico Teixeira (PPLT) quando o novo complexo for concluído, o titular da Goiás Parcerias disse que não serão sentidas muitas mudanças. "O centro será construído para servidores que estão fora do Palácio hoje", afirmou Tavares.

Em termos de custo, a Goiás Parcerias tomou como referência projetos semelhantes que vêm sendo tocados em outros estados - como São Paulo e o Rio Grande do Sul. Com base nesses parâmetros, a estimativa é de que a construção das três torres custe em torno de R$ 520 milhões. Já a eventual passarela ligando o complexo ao prédio da Caixa custaria cerca de R$ 40 milhões a mais, e ainda há custos de revitalização viária no entorno, ainda sem valor definido.

O projeto prevê também que o prédio do Jóquei Clube de Goiás - projetado pelo arquiteto Paulo Mendes da Rocha - seja preservado e revitalizado.

A conta feita pelo governo para justificar o investimento é a seguinte: hoje, diversos órgãos estaduais funcionam espalhados em imóveis alugados pela capital - cada um com sua própria despesa fixa de aluguel, segurança, limpeza e manutenção. A estimativa da Goiás Parcerias é de uma economia entre 25% e 35% ao ano com a centralização dos órgãos em um único complexo. A expectativa do governo é que o investimento nas obras venha, ao menos em parte, do parceiro privado, por meio da PPP.